

Retrospectiva 2006

Um ano de muitas lutas e conquistas

Que 2007 seja mais um ano de avanços para a classe trabalhadora. Que a nossa organização e unidade superem os desafios e fortaleçam a luta por um Brasil com mais justiça e igualdade social

Terminamos o ano de 2006 com a esperança redobrada. Encerramos mais um ciclo de lutas e conquistas históricas em meio à turbulência política de um ano decisivo para o povo brasileiro. Os petroleiros, sempre presentes na vanguarda das mobilizações políticas em nosso país, priorizaram a reeleição do presidente Lula, adiando para novembro a retomada das negociações da campanha reivindicatória. Fomos às ruas defender o projeto democrático e popular de desenvolvimento e inclusão social, impedimos o golpe da mídia e derrotamos a direita nas urnas. Consolidamos conquistas importantes e, acima de tudo, a democracia.

Mais emprego e renda

Ao longo destes quatro anos do governo Lula, foram gerados 8,5 milhões de postos de trabalho, sendo que 5 milhões com carteira assinada. O salário mínimo passará para R\$ 380,00 em abril de 2007, acumulando aumento real de 32,7%. A intervenção da CUT, através de uma agenda de luta e negociação, tem sido decisiva na consolidação de uma política permanente

de valorização do salário mínimo. Outro avanço já garantido é a correção da tabela do imposto de renda para a pessoa física, em 4,5% ao ano.

O índice de miséria caiu 8% nos dois primeiros anos do governo Lula. A renda dos brasileiros mais pobres cresceu 14%. É o menor nível de desigualdade social em 46 anos. Mais de 80% das categorias que participam de negociações coletivas tem obtido sucessivamente ganho real de salário.

Derrota da direita e da mídia

A imprensa controlada pelas oligarquias tentou de tudo para impedir a reeleição do presidente Lula. O tiro-teio durou todo o primeiro mandato, com aumento da artilharia na cobertura parcial das CPIs e das eleições. Mas o tiro saiu pela culatra. Lula foi reeleito com 58 milhões de votos, mais do que no primeiro mandato, e os coronéis da política e da mídia foram derrotados. ACM, Artur Virgílio, Tasso Jeressatti, Jorge Bornhausen e FHC foram execrados pelos eleitores, apesar de todo o apoio que receberam dos principais veículos de comunicação do país.

Essas eleições de fato comprovaram que o eleitor brasileiro não se deixa manipular pela mídia. Os candidatos do campo da esquerda derrotaram os caciques regionais da direita em estados do Norte e do Nordeste. Foram eleitos governadores Jacques Wagner (PT/BA), Ana Júlia (PT/PA), Marcelo Deda (PT/SE), Wellington Dias (PT/PI), Jacques Lago (PDT/MA), Wlma Faria (PSB/RN), Eduardo Campos (PSB/PE) e Sid Gomes

(PSB/CE), transformando o cenário político de uma região historicamente dominada por coronéis.

Os partidos de esquerda também aumentaram a bancada no Congresso Nacional, que teve, mais uma vez, sua imagem comprometida com o super-aumento de 90,7% que os parlamentares tentaram se auto-conceder no apagar das luzes de 2006.

Avanço da esquerda

A integração política e econômica da América Latina foi fortalecida ao longo de 2006 com as eleições de candidatos progressistas e de esquerda. Além das reeleições de Lula no Brasil e de Hugo Chávez na Venezuela, o continente foi marcado pela posse de Evo Morales na Bolívia e as eleições de Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua e de Michele Bachelet no Chile. Junto com Tabaré Vázquez no Uruguai e Nestor Kirchner, que deverá ser reeleito em 2007 na Argentina, esses governantes do campo da esquerda estão construindo um novo consenso América Latina, derrubando um ciclo histórico de dominação da direita e das políticas ditadas pelos Estados Unidos.

O ano de 2006 foi marcado pela vitória da soberania e pela consagração da democracia em nosso continente, transformando a geopolítica internacional e expondo para o resto do mundo a derrota do neoliberalismo. Façamos de 2007 um ano de profundas mudanças e avanços para o Brasil e demais países da América Latina.

Continua no verso...

Petroleiros resgatam direitos e consolidam conquistas

2006 consolidou uma série de direitos e conquistas dos petroleiros ao longo destes últimos quatro anos. A interlocução com a Petrobrás e suas subsidiárias mudou. A negociação coletiva passou a ser feita através de uma única mesa. O processo de negociação tornou-se permanente. A correlação de forças foi alterada, com inserção e participação da FUP e seus sindicatos em processos decisórios da Petrobrás que antes eram considerados de gestão exclusiva da companhia.

Efetivo - Os representantes dos trabalhadores discutiram com a empresa a sua política de remuneração, acabando com a distribuição de bônus, negociando um novo PCAC e conquistando ganhos reais de salários. Mais de 15 mil trabalhadores foram admitidos nestes últimos quatro anos, sendo que 7.500 ao longo de 2006. O efetivo da companhia fechou o ano com cerca de 50 mil petroleiros. Em 2001, éramos 32.805 trabalhadores na ativa.

Fim das discriminações - A igualdade de direitos entre novos e antigos é uma das principais bandeiras de luta defendida pela FUP. Revertemos na mesa negociação as desigualdades impostas pela resolução 9 do

antigo DEST. Garantimos para os petroleiros novos o pagamento integral das horas extras, do adicional de sobreaviso, das férias e do ATS. Além disso, conquistamos a extensão da AMS para os companheiros da Transpetro. A luta continua, ainda, pela incorporação da VP Periculosidade, o que garantirá a igualdade plena de direitos entre todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás.

Anistia - Aliando a luta política ao processo de negociação permanente com a Petrobrás, a FUP conquistou a anistia dos companheiros que haviam sido arbitrariamente demitidos e punidos por participação nas greves de 94 e 95. Anistiamos 88 demissões e 730 punições. Coroamos com o ACT 2006 essa vitória ao conquistarmos o pagamento dos dias parados. Além disso, trouxemos de volta aos quadros da companhia 966 anistiados da Interbrás e Petromisa e obtivemos nova vitória em 2006 ao conquistamos um novo decreto para analisar requerimentos de petroleiros da Nitriflex e Petroflex, que lutam há mais de 16 anos pela anistia.

Direitos ampliados - Através dos últimos acordos coletivos, garantimos uma série de direitos para os trabalhadores da ativa e aposentados: auxílios educacionais; benefício farmácia; adianta-

mento do benefício dos aposentados para o dia 10 de cada mês e compromisso da Petrobrás resolver junto à Petros o adiantamento do 13º nos mesmos moldes da ativa; tratamento isonômico para os aposentados que não migraram para o PPV (pagamento dos três benefícios); extinção do regime misto, do turno fixo e do RAC; consolidação no ACT do regime de 1x1,5 para o turno e o Sobreaviso; implantação do REC, da Gratificação de Campo Terrestre e do Adicional de Polidutos (Transpetro); garantia do intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas; pagamento de HE na troca de turno e para o Sobreaviso, etc.

AMS - Garantimos na mesa de negociação, seja durante as campanhas reivindicatórias ou através da Comissão, conquistas importantes em relação à AMS: unificação da tabela do grande risco, inclusão de novos dependentes e de novos procedimentos, criação do Plano 28 e sua extensão até os 33 anos, inclusão de enteados, ampliação do limite de idade para menores sob guarda, criação do PASA, adequação da tabela do grande risco ao Estatuto do Idoso, equiparação da margem consignável entre ativa e assistidos, etc.

Solução das pendências da Petros: o desafio continua

Terminamos o ano de 2006 com o desafio de somarmos forças para resolvermos de uma vez por todas aquela que se tornou a maior pendência da categoria: a solução dos problemas da Petros. Nestes quatro anos do governo Lula, a FUP e seus sindicatos enveredaram esforços no sentido de construir uma solução conjunta com a Petrobrás e a Petros para atender os principais pleitos da categoria em relação à previdência complementar dos petroleiros. Montamos uma comissão para discutir os problemas da Petros e a situação dos trabalhadores sem plano e, após muita mobilização e negociação, conseguimos construir, no início de 2006, um Acordo de Obrigações Recíprocas.

Pela primeira vez, a categoria debateu exaustivamente questões fundamentais relacionadas ao Plano Petros.

De forma democrática e participativa, os petroleiros tiveram a chance de decidirem o futuro do nosso plano e, conseqüentemente, de nossas famílias. O engodo do artigo 41 ficou claro para a maioria dos participantes: 53% optaram pela repactuação.

No entanto, a complexidade de um tema, até então renegado por boa parte da categoria, dificultou o processo, que, apesar de vitorioso, no entendimento da FUP e da maioria dos participantes, não atendeu às exigências da Petrobrás. A implementação do Acordo de Obrigações Recíprocas tornou-se um impasse, com a companhia irreduzível em sua decisão de aumentar as contribuições para reequilibrar atuariamente o Plano Petros. Foi preciso muita pressão da FUP ao longo da negociação do Acordo Coletivo para arrancar da

Petrobrás um termo aditivo com o compromisso da empresa em reabrir o processo de repactuação, estabelecendo como meta de adesão dois terços dos participantes e assistidos, ou seja, 67%.

O ano de 2007, portanto, já começa com um grande desafio para todos os petroleiros e petroleiras. Temos até o dia 28 de fevereiro para concluir de forma vitoriosa o processo de repactuação e garantirmos o aporte de cerca de R\$ 6 bilhões para o Plano Petros, além de uma série de conquistas, como a gestão paritária da Petros, a correção do cálculo das pensões, a redução do limite de idade para o grupo 78/79, o custeio paritário do Plano Petros, além do pagamento dos três benefícios/salário participação (ou R\$ 15 mil, o que for maior).